



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DA BANCADA DO PSDB NA CÂMARA

Nº 1834, SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2012



## Deputados vão ao Ceará investigar andamento da transposição do São Francisco

A comitiva de deputados da oposição que visitará as obras de transposição do rio São Francisco deve encontrar um cenário de abandono completamente diferente daquele mostrado em propagandas do governo federal. A avaliação foi feita pelo tucano **Raimundo Gomes de Matos (CE)**. Os parlamentares partem do município de Juazeiro do Norte para Mauriti, no Ceará, na manhã desta sexta-feira (23). A cidade abriga o canteiro de dois lotes da construção (6 e 7). São 44 quilômetros que, segundo moradores da região, estão abandonados desde janeiro.

“Acredito que iremos constatar que o Executivo federal não tem competência para gerenciar os problemas estruturais do país. O abandono dessas construções demonstra claramente a falta de execução do projeto, sem justificativa, pois existem recursos no orçamento, mas não há a retomada do trabalho”, afirmou.

Essa deve ser a primeira de várias visitas que os deputados farão a empreendimentos tocados pelo Planalto. No local, o aterro e as escavações foram feitas, mas o canal está tomado pelo mato e ameaçado pela erosão. Moradores

sofrem os prejuízos da situação. Muitos tiveram de abrir mão de plantações de cajus porque as propriedades ficavam no traçado do canal e atualmente não possuem qualquer fonte de renda.

“O mais grave é que a cada momento as obras ficam mais caras porque precisarão ser retomadas, terão que ser feitos novos canteiros, admitir mais trabalhadores e, com isso, o preço inicialmente previsto pode subir até 70%”, calcula Gomes de Matos. Para o tucano, a morosidade é um “inconcebível desperdício” de recursos públicos.  

### REAJUSTE BILIONÁRIO

A transposição é um dos projetos mais caros do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). As obras foram iniciadas em 2007, orçadas em R\$ 4,5 bilhões. No início deste mês, o governo anunciou o segundo reajuste bilionário da obra, cujo orçamento passou para R\$ 8,18 bilhões, 82% a mais do que o original.

## Gestão petista precisa fazer o dever de casa antes de cobrar investimentos privados

A reunião da presidente Dilma com grandes empresários do país para pedir mais investimentos no setor produtivo e na infraestrutura não surtirá os efeitos desejados pelo Planalto, avaliam os deputados **Valdivino de Oliveira (GO)** e **Domingos Sávio (MG)**. De acordo com os tucanos, a gestão petista não tem feito o dever de casa e protela ações essenciais para o desenvolvimento da economia. A petista realizou encontro na manhã dessa quinta-feira (22) com 28 representantes de diversas áreas.

“O governo deveria criar um ambiente propício ao investimento. Sem fazer o que precisa, não vai adiantar nada pedir aos empresários que apliquem mais”, resumiu Valdivino. A preocupação da presidente é mostrar que pretende cumprir a meta de crescimento de

4%. O deputado acredita que falta alterar o cenário para alcançar esses compromissos. Em 2011, o PIB nacional aumentou apenas 2,7%.



O empresariado, no entanto, tem exigências. Quer que o Executivo federal melhore as condições da economia para encorajá-los a voltar a investir. A redução dos custos tributários e logísticos está entre as ações que devem ser adotadas. Outro pedido é a revisão do corte de 22% do orçamento da Ciência e Tecnologia.

“O setor privado sente-se inibido a aplicar, pois o país passa por um

**“O setor privado sente-se inibido a aplicar, pois o país passa por um processo de desindustrialização.”**

■ Deputado Valdivino de Oliveira (GO)

processo de desindustrialização”, destaca Valdivino. Segundo o tucano, o governo quer fazer exigências, mas não atende necessidades básicas, tanto dos empresários quanto da nação. Para ele, é preciso criar uma situação diferente da atual. “Esse ambiente inclui um câmbio mais favorável, spread bancário próximo do que é praticado nos demais países e carga tributária amena.”

“Infelizmente, o Planalto não está em condições de cobrar. Percebemos que a cobrança deve ser feita ao governo”, disse Domingos Sávio. Na opinião dele, a gestão Dilma tem “aberto as fronteiras do Brasil a uma importação desenfreada, com um câmbio desleal com as indústrias nacionais, o que significa um desastre para a produção”.  

 **Dilma pede ajuda aos empresários para tirar governo da paralisia, mas Executivo não faz sua parte**

## Insatisfeita, base aliada desencadeia série de derrotas do Planalto no Congresso

A crise na base aliada da gestão Dilma Rousseff começou no início de março com a insatisfação do PMDB exigindo maior protagonismo nas decisões do governo federal. Na quarta-feira (21), o impasse chegou ao auge com sucessivas derrotas do Planalto na Câmara. Por resistência de partidos aliados e opositores, não houve quórum para votar a Lei Geral da Copa na sessão. Acompanhe a cronologia da crise. @

### ■ 6 de março

Na Câmara, mais de 50% dos deputados do PMDB – partido do vice-presidente da República Michel Temer – assinaram manifesto no qual se dizem excluídos das decisões políticas do governo federal. No documento, o grupo reclamou do tratamento desigual dispensado à legenda e exigiu maior protagonismo nas decisões da administração petista.

### ■ 7 de março

Uma rebelião da base governista liderada pelo PMDB foi responsável pela primeira derrota do governo neste ano. O plenário do Senado rejeitou a recondução de Bernardo Figueiredo para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), indicação da presidente Dilma.

### ■ 8 de março

O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, admite que o Palácio do Planalto vive um “momento tenso” na relação com a base aliada.

### ■ 9 de março

Dilma anuncia demissão de Afonso Florence do comando do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em dez dias, o Planalto promoveu duas mudanças repentinas na Esplanada. Em 29 de fevereiro, o senador Marcelo Crivella assumiu o Ministério da Pesca no lugar de Luiz Sérgio.

### ■ 12 e 13 de março

A petista promove trocas nas lideranças governistas do Congresso. No Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) foi substituído por Eduardo Braga (PMDB-AM). Na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP) assumiu o posto de Cândido Vaccarezza (PT-SP). Em retaliação à decisão de Dilma, o PMDB escala Jucá para relatar o Orçamento, função-chave em qualquer governo.

### ■ 14 de março

Após reunião com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, os líderes da base aliada anunciam retirada de qualquer referência a bebidas alcoólicas no projeto de Lei Geral da Copa. Horas depois, os ministros do Esporte, Aldo Rebelo, e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, se encontram com o relator da matéria, deputado Vicente Cândido (PT-SP), e o novo líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia. Em nota oficial, Rebelo esclareceu que o compromisso assumido com a Fifa foi mantido. No mesmo dia, o PR do Senado rompe com Dilma.

### ■ 15 de março

O relator da proposta confirma que a liberação da venda de bebidas está mantida no texto. Em outra nota, o ministro do Esporte reforça acordo com a entidade de futebol para a comercialização da substância nos estádios.

### ■ 16 de março

Após reunião com Dilma, o presidente da Fifa, Joseph Blatter, afirmou que recebeu garantias de que os compromissos firmados em 2007 para a realização do evento estão mantidos – o que inclui a comercialização de álcool.

### ■ 19 de março

PT anuncia que não apoia autorização explícita da venda de bebidas nas arenas. Deputados dizem que a decisão deve ficar com os estados que sediarão os jogos.




### ■ 20 de março

Líderes da base aliada entram em acordo para votar a norma sem a permissão explícita. No entanto, a maioria dos partidos que apoiam o Planalto condicionou a apreciação da matéria à definição de data para analisar o novo Código Florestal.

### ■ 21 de março

Uma série de derrotas ao governo Dilma é imposta pela base aliada. A pedido da deputada **Andreia Zito (RJ)**, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, é convocada para explicar a suspensão de concursos públicos. A Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto de lei que retira poderes da presidente na demarcação de terras indígenas e transfere a atribuição ao Congresso. A análise da Lei Geral da Copa, considerada prioridade para o governo, foi adiada mais uma vez.



### Leia também em nosso portal:

- Parlamentares querem explicações de ministro da Justiça sobre engavetamento da instalação de UPPs 
- Com construções de mobilidade a passos de tartaruga, tucanos temem que Copa não deixe legado esperado 
- Kaefer sugere reativar programa do BB para resolver endividamento de produtores rurais 
- Eduardo Gomes destaca realização do 1º Fórum de Resíduos Sólidos do Tocantins
- Artigo: “O desperdício de água no Brasil, por Carlos Alberto Leréia”
- Direto do Twitter, com os deputados Bruno Araújo (PE), Marcus Pestana (MG), Mara Gabrilli (SP), Carlos Alberto Leréia (GO) e Vaz de Lima (SP)
- Direto do Plenário, com os deputados César Colnago (ES) e Domingos Sávio (MG)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editora: Elisa Tedes ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa

■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Op. de vídeo: Hélio Ricardo

As notas com conteúdo adicional no portal estão identificadas com @, aquelas com boletim de rádio têm o símbolo  e as matérias com vídeo têm o ícone .